



## Índice

- 01** MPF/MA propõe ação civil pública para coibir prática de mineração em área quilombola de Rosário
- 02** Nilcelio Moangathu Jiahui: Povos Tenharim e Jiahui ainda são hostilizados na região de Humaitá/AM. Entrevista a Beth Begonha
- 03** BA – Finalmente, mineradora Plumbum é condenada a pagar indenização por contaminação de chumbo em Santo Amaro e Boquira
- 04** O Canto de Esperança do Rio Prisioneiro
- 05** BA – Açude que abastece população de Andorinha terá água desviada para empresa de mineração
- 06** Apib recolhe adesões a parecer contra minuta do MJ que altera procedimento demarcatório
- 07** Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino são reconhecidas como remanescentes de Quilombo
- 08** Cerca de 180 indígenas das etnias: Tapeba, Pitaguary, Anacé, Tapuya-Kariri e Tabajara estão ocupando a sede do Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará.
- 09** Aty Guasu: Pistoleiros com traje parecido de PF cercam os acampamentos Guarani e Kaiowa



- 10 Efeito Barbosa: Ministério Público pretende liberar invasão de propriedades por milicianos tupinambaranas no sul da Bahia
- 11 Índio com carteira assinada só pode pedir demissão se a Funai autorizar
- 12 Cacique Babau processa Band por relatar invasões de propriedade no sul da Bahia
- 13 "A maioria dos indígenas brasileiros deseja participar da sociedade brasileira", afirma relator da #PEC215
- 14 Morre mais um dos ex agricultores expulsos da Suiá-Missu
- 15 No Dia do Índio, comissão debaterá PEC que cria vagas indígenas no Congresso
- 16 Dourados realiza 4º Miss e Mister Indígena neste sábado
- 17 Indígenas de oito comunidades do Nordeste produzirão livros digitais
- 18 Aumento nos casos de gripe A preocupa índios de aldeias do Pará
- 19 Comissão Nacional da Verdade ouve indígenas prejudicados pela ocupação do oeste do Paraná
- 20 Apresentações na Aldeia Ocoy abrem a 13ª Semana Cultural Indígena
- 21 São Paulo terá 1º Jogos Indígenas com o tema: "Índio, mostre a sua cara"
- 22 Ji-Paraná terá Semana da Cultura Indígena
- 23 AMÉRICA/COLÔMBIA – As crianças indígenas continuam morrendo de fome e de desnutrição crônica
- 24 MA – Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa desrespeita prazos de acordo e direitos de moradores



- 
- 25** [Fiocruz desmente siderúrgica TKCSA em documento encaminhado ao Ministério Público](#)
  - 26** [Alunos de Marechal Rondon têm aula com índios da Aldeia Itamarã](#)
  - 27** [Governo divulga lista dos 28 que receberão Vale Universidade Indígena em sete cidades](#)
  - 28** [Passo Fundo sedia audiência sobre terras indígenas](#)
  - 29** [Corpo de indígena é encontrado em avançado estado de decomposição em aldeia de MS](#)
  - 30** [Tribo indígena processa Band por reportagem sobre briga de terras](#)



---

**MPF/MA propõe ação civil pública para coibir prática de mineração em área quilombola de Rosário**

SÍTIO JORNAL VIAS DE FATO, 10.04.2014

*A comunidade de Miranda, vem sendo impactada com a exploração minerária, causando prejuízos à saúde e segurança dos moradores e ao meio ambiente*

O Ministério Público Federal (MPF/MA) propôs ação civil pública, com pedido de liminar, contra o Maranhão e três empresas de mineração, que atuam em área quilombola. As empresas foram licenciadas de forma irregular, sem a exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

As empresas utilizam-se da exploração mineral mediante o uso de explosivos para a retirada das rochas, gerando transtornos à população com prejuízos às suas moradias, à segurança e à saúde, danos que foram constatados em vistorias feitas pela Defesa civil do Estado.

Na ação, o MPF/MA requer a suspensão de atividades das empresas mineradoras sob pena de multa de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) por dia de descumprimento, vedando imediatamente a realização de detonação de explosivos e o transporte de rochas além da recuperação das áreas degradadas, bem como aos prejuízos causados à comunidade.

Em relação ao Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos naturais (Sema), o MPF requer a suspensão das licenças ambientais relativas aos empreendimentos de mineração na comunidade de Miranda, não permitindo a concessão ou renovação de licenças ambientais na localidade, além da exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em todos os empreendimentos.

Por: Procuradoria da República no Maranhão

<http://www.prma.mpf.gov.br/>

Fórum Carajás



**Nilcelio Moangathu Jiahui: Povos Tenharim e Jiahui ainda são hostilizados na região de Humaitá/AM. Entrevista a Beth Begonha**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.04.2014

Por Beth Begonha, em Radiotube/EBC

Nilcelio Moangathu Jiahui é coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira (OPIAM) e falou ao Amazônia Brasileira sobre a situação dos povos Tenharim e Jiahui na região de Humaitá no Amazonas. Desde o ataque de vandalismo promovido na cidade quando órgãos e outros bens públicos foram destruídos por populares sob o argumento de que os índios teriam sequestrado três pessoas, posteriormente encontradas mortas, os índios têm sido hostilizados quando vão à cidade e há ameaças frequentes de que assim que as forças de proteção que lá se encontram deixarem a cidade, sofrerão outros atos de vandalismo e violência, inclusive dentro das aldeias.

Hoje há cinco índios presos acusados da morte dos três não índios assassinados. Perguntado sobre o inquérito policial que levou à conclusão que esses cinco indivíduos são os autores do crime, Moangathu afirma que não há no inquérito nenhuma prova objetiva contra eles: "o inquérito que a polícia concluiu, segundo nosso advogado, não incrimina nenhum dos cinco. Então a gente se pergunta por que eles continuam presos". Para ele está havendo uma perseguição aos povos indígenas da região em função de outros interesses, como por exemplo a abundância de madeira nobre, um dos focos de exploração dos imigrantes que vêm ocupando, em cada vez maior número, a região. O desmatamento fez com que as terras indígenas concentrem agora a cobiçada madeira, já que os índios mantêm a floresta em pé e não aceitaram a exploração, o que diga-se de passagem seria um crime por parte deles já que o comércio de madeira em terras indígenas é proibido por lei. Para os exploradores seria bom que os índios abandonassem suas terras e deixassem o caminho livre para a retirada do patrimônio público nacional.

Na entrevista tocamos em outro tema relevante no contexto, que é o pedágio que vinha sendo cobrado pelos índios. Com o aumento da população na região e o trânsito de caminhões que transportam madeira e gado, o pedágio tornou-se mais um elemento de conflito entre os índios e os novos habitantes da região. Nilcelio relata que o pedágio está suspenso desde o fim do ano passado, e que corre na justiça uma ação que pede indenização ao governo pelos fortes impactos causados pela construção da Transamazônica.

O coordenador relata com detalhes como foram os ataques feitos contra o patrimônio público e contra aldeias, e perguntado sobre o inquérito deste caso específico ele afirma que a Polícia Federal identificou pessoas que incitaram a população a cometer esses atos de vandalismo, mas que nenhum deles foi preso. Ele pede que a justiça tome providências em relação a essas pessoas e questiona porque a diferença de tratamento na aplicação de punição, já que há autores conhecidos no inquérito policial, e teme que, permanecendo soltos, continuem a incentivar esse clima de animosidade, podendo inclusive promover novos ataques na cidade e nas aldeias.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

Ele questiona ainda o fato de não ter havido uma investigação sobre a morte do cacique Ivan, cujo corpo foi encontrado com hematomas em várias regiões, sem escoriações, frequentes em acidentes de moto, moto essa que se encontrava em perfeito estado. O laudo médico afirma que ele sofreu traumas na região do tórax, do fígado, dos rins, e na cabeça, provável causa da morte. Apesar disso, seu capacete foi encontrado intacto, sem nenhum dano, escondido no meio da mata, junto com as botas que o cacique usava durante a viagem. Moangathu lamenta que nem a polícia civil, nem a polícia federal tenham aceitado investigar o caso, o que foi solicitado pelos índios, que tiveram seu pedido negado.

Apesar de tudo, os povos Tenharim e Jiahui estão nesse momento fazendo uma cruzada pela paz na região, junto com diversas organizações governamentais e não governamentais, buscando retomar não só a boa convivência que tiveram outrora com os habitantes da cidade, mas seu direito constitucional de ir e vir, já que hoje temem andar livremente na cidade, e deixa uma mensagem de paz. Ele reafirma que os indígenas não mataram os não índios, e pede que seja restaurada a harmonia que sempre existiu entre a população indígena e os moradores da cidade.

Ouçã a entrevista aqui: <http://www.radiotube.org.br/audio-2990e88Vx2ZQy>

Todo conteúdo da EBC é público e pode ser reproduzido desde que creditado

Beth Begonha/Amazônia Brasileira/Rádio Nacional da Amazônia/ Empresa Brasil de Comunicação/ EBC

**BA – Finalmente, mineradora Plumbum é condenada a pagar indenização por contaminação de chumbo em Santo Amaro e Boquira**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.04.2014



*A Justiça condenou a mineradora a fazer um cercamento da área da antiga empresa e instalar em todo perímetro placas de advertência*

Correio

A mineradora Plumbum foi condenada em decisão da 3ª Vara da Justiça Federal a promover a recuperação de danos ambientais e sociais causados em Santo Amaro, no Recôncavo, e Boquira, na Chapada Diamantina, por conta de intoxicações de chumbo nas regiões. A decisão vem depois de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Instituto para o Desenvolvimento Ambiental (IDA).

A Justiça condenou a mineradora a fazer um cercamento da área da antiga empresa e instalar em todo perímetro placas de advertência. A empresa também foi condenada a pagar indenização pelos danos ambientais irreversíveis nas regiões – o valor deve ser de 10% do seu faturamento bruto. Ainda foi determinado que a União, por meio da Funasa, deve promover pesquisas para avaliar o grau de contaminação dos moradores das regiões por meios pesados (chumbos e cádmio), desenvolvendo plano de atendimento às vítimas.

A União deve fazer um centro de referência para tratamento de pacientes vítimas de contaminação por metais pesados, elaborando plano efetivo de atendimento e implementando as ações necessárias.

Ainda cabe recurso da decisão.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

A ONG Amigos do Futuro produziu um documentário sobre o tema. Ele aponta que a empresa, a antiga Companhia Brasileira de Chumbo (Cobrac), produziu e depositou 490 mil toneladas de material contaminado por metais pesados, em sua maioria chumbo e cádmio. Parte do material tóxico segue nas instalações da companhia. Assista:

[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=vp4YAJD4SQ8](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=vp4YAJD4SQ8)



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

---

**O Canto de Esperança do Rio Prisioneiro**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.04.2014

[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=fgTHJf0QgfM](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=fgTHJf0QgfM)

CPT/RO

O vídeo foi apresentado o dia 07 de abril de 2014 na Câmara Municipal de Alta Floresta, registrando com numerosa presença de moradores da cidade e de outros municípios.

O lançamento do vídeo propiciou um debate sobre os impactos provocados pelas usinas, a proposta de construção de novos empreendimentos e a falta de compensações sociais e ambientais. Alta Floresta paga caro para uma energia instável e fraca, sem receber royalties. As condições em que foram dados os alvarás de construção e de funcionamento também foram debatidos.



---

**BA – Açude que abastece população de Andorinha terá água desviada para empresa de mineração**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.04.2014

CPT/BA

Os pescadores/as e moradores/as da zona rural e urbana do município de Andorinha – BA que utilizam há quase 30 anos a água do açude público, conhecido como “Itê”, suplica aos órgãos públicos e a promotoria do meio ambiente providência no sentido de proibir mineradora FERBASA de se apropriar da água. Na manhã da última terça-feira, 08/04, a empresa colocou uma bomba hidráulica no açude, que vai funcionar 15 horas por dia, durante os 25 dias do mês, captando toda a água que resta. O pior é que os órgãos públicos liberam outorga de água para as empresas, deixando o povo à míngua.

“A quase 30 anos utilizamos esta água para consumo humano e para os animais, além disso, recentemente os pescadores colocaram 44 mil alevinos, objetivando a criação de peixe para o sustento da comunidade e nosso. Isso é lamentável!, chamou a atenção a moradora Eliana de Souza.

Os pescadores afirmam que nesses três anos forte de estiagem a comunidade foi abastecida com carro pipa, mas a mineradora não parou suas atividades, utilizava de outras fontes sem sequer fazer limpeza. Agora, há cinco meses o açude voltou a ter água, ainda que abaixo da metade de sua capacidade total, e a empresa anunciou que vai utilizar a água para a sua atividade.

Diante do risco de ficarem sem água e sem peixe, os pescadores reforçam o grito de socorro diante dos poderes públicos e sociedade civil.



---

**Apib recolhe adesões a parecer contra minuta do MJ que altera procedimento demarcatório**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL 10.04.2014

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib

Um parecer analisando a Minuta de Proposta do Ministério da Justiça para promover alterações no procedimento de demarcação de terras indígenas foi tornado público, nesta última terça-feira, 8, pelas bancadas indígena e indigenista da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Leia aqui a íntegra do parecer.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) convoca toda a sociedade envolvente aos povos indígenas para assinar e divulgar o parecer, contraposição à minuta e formulado durante quatro meses de diálogo entre as organizações indígenas e indigenistas.

Para assiná-lo é necessário enviar uma mensagem de adesão ao endereço eletrônico [apib.nacional@gmail.com](mailto:apib.nacional@gmail.com). As assinaturas serão anexadas ao parecer e enviadas às autoridades.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com a minuta, tenta reavivar, 50 anos depois, mecanismos da ditadura militar para a demarcação de terras indígenas. Isso significa legalizar o que o governo federal não vem cumprindo: a regularização dos territórios tradicionais.

O documento, com 16 páginas, tem início com a contextualização histórica da consolidação da legislação indigenista seguindo até a principal jurisprudência a respeito dos procedimentos de demarcação de terras indígenas. Traz à tona a como a proposta do Ministério da Justiça contraria decisões recentes, inclusive tomadas pela Corte Suprema do país, o STF, caso do julgamento da Petição 3388 sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, entre outros.

Em seguida, são comentados os equívocos dos principais artigos apresentados na minuta, que passaria a permitir a interferência de grupos contrários à demarcação desde os primeiros momentos do procedimento de identificação e delimitação das terras indígenas, inviabilizando até mesmo o trabalho de campo dos profissionais e estudiosos.

Ao final do documento, as organizações indígenas e indigenistas que subscrevem o parecer sintetizam nove principais conclusões, sendo a última delas um recado claro para o governo federal:

“Uma eventual publicação da Portaria em questão reforçará compreensão, por parte dos povos indígenas, organizações de apoio aos povos e da sociedade em geral de que o Governo Dilma é claramente anti-indígena, aliado de primeira hora dos ruralistas, alinhado aos interesses do poder econômico nacional e transnacional, notoriamente do agronegócio, e obstinado por um modelo de desenvolvimento neocolonizador, usurpador de territórios, etnocida e ecocida”.



## **Comunidades do Claro, Prata e Ouro Fino são reconhecidas como remanescentes de Quilombo**

SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 10.04.2014

Após levantamento histórico elaborado pela Secretaria de Defesa Social (Seds), por meio do Departamento de Proteção dos Direitos Humanos e Social, e posteriormente encaminhado para apreciação à Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, as Comunidades do Claro, do Prata e Ouro Fino, localizadas no município de Paranã do Tocantins, a 304 Km da capital, receberam a certificação como Remanescentes de Quilombo.

Segundo o historiador e supervisor dos Afro-descendentes e dos Povos Indígenas da Seds, André Luiz Gomes da Silva, responsável pelo histórico, essas comunidades datam sua existência a mais de 250 anos, são compostas por 54 famílias. E por morarem na mesma área geográfica e pertencerem ao mesmo tronco familiar (Kalunga) reuniram-se e formaram a Associação Quilombola das Comunidades do Claro, do Prata e Ouro Fino (Asquiccapo).

Para André Silva, o reconhecimento dessas Comunidades (Asquiccapo) é a constatação de que o povo negro foi importante no desenvolvimento social e cultural na região sudeste. "Certificá-las é importante, pois o Estado reconhece o valor cultural e social desse povo que muito fez ao longo de sua história. Paranã está de parabéns. A Secretaria de Defesa Social, através da supervisão afrodescendentes, contribui efetivamente no processo de certificação. Fizemos o histórico das comunidades no município de Paranã e sempre acreditamos em sua certificação", ressalta o Supervisor.

Associação Quilombola das Comunidades do Claro, do Prata e Ouro Fino (Asquiccapo)

A comunidade (Asquiccapo) possui uma escola de ensino fundamental e os alunos que estudam do 6º ao 9º ano viajam de ônibus 75 km até o distrito de Campo Alegre. As casas não possuem energia, todas as famílias usam como alternativa a "Lamparina" ou "candeia", como é chamada por todos os moradores.

O senhor Doriteu Marques foi o primeiro morador da região do Claro, com sua família e outros colaboradores trabalhavam na fabricação de cachaça; todos residiam no Vão do Moleque e vieram para a beira do Rio Claro. A cachaça era mercadoria utilizada na troca de outros mantimentos, pois a caça, a pesca de arpão, o cultivo de mandioca e feijão, era o meio de subsistência à época.

Atualmente, 93% do território que agrega as comunidades ainda continuam intactos. As roças são de tocos, assim como faziam seus antepassados, cultivam a mandioca, a cana de açúcar, feijão, arroz e fava.

A falta de água é o maior problema que a comunidade Asquiccapo enfrenta nos últimos anos, mesmo sendo uma região banhada pelos os rios Paranã, Prata e Claro, pois muitos proprietários rurais cercam suas terras, dificultando-os o acesso a água.

CONT.



A comunidade Ouro Fino recebeu o nome do córrego onde era extraído um ouro fino, por meio da bateia. É uma região que possui muitos vestígios da mineração, nesta área residem 22 famílias, todas oriundas do Vão do Moleque, localizada na comunidade Kalunga de Cavalcante. Cada família possui suas particularidades mesmo pertencendo ao mesmo tronco ancestral, a crença é um elemento vivo em todas as famílias; as rezas, as curas com as plantas medicinais são ações costumeiras dentro das comunidades. A casa do senhor José Cezário Torres é um lugar considerado por muitos moradores como um espaço para receber conselho espiritual.

A devoção é outra característica presente nas famílias quilombolas do Prata, Claro e Ouro fino, exemplo disso, o Senhor Antonio Dias dos Santos e sua esposa Francisca da Conceição faz a Festa do Menino Deus no dia 24 de dezembro, a festa é um momento em que todas as famílias se encontram para rezar e ao mesmo tempo encontrar os parentes que muito tempo não vêem.

Outro fator relevante nas comunidades é a quantidade de cemitério, registrando um para cada comunidade, ali estão enterrados os primeiros moradores daquela região. Muitos cemitérios datam mais de 270 anos, os túmulos eram feitos com pedras empilhadas, sendo que ainda nos dias de hoje adotam esse mesmo processo. Como prova a oralidade e os vestígios, tais como moradias antigas, escavações, plantações, cemitérios, demonstram que as terras em que vivem hoje pertencem e pertenceram seus antepassados desde a chegada dos negros naquela região.(Secretaria de Defesa Social)



---

**Cerca de 180 indígenas das etnias: Tapeba, Pitaguary, Anacé, Tapuya-Kariri e Tabajara estão ocupando a sede do Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará.**  
SÍTIO PLANETA EM MOVIMENTO, 10.04.2014

Informamos que na manhã de hoje cerca de 180 indígenas das etnias: Tapeba de Caucaia, Pitaguary dos municípios de Pacatuba e Maracanaú, Anacé de Caucaia, Tapuya-Kariri do município de São Benedito e Tabajara de Poranga estão ocupando a sede do Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará. A ocupação foi motivada por conta do atual cenário de calamidade pelo que vive a saúde indígena no estado.

Aproveitando a oportunidade um grupo de lideranças indígenas foram na Assembleia Legislativa e confirmaram a realização de uma audiência pública no dia 24 de abril aonde será discutida a questão das terras indígenas no Ceará.

Leia abaixo o documento na íntegra aprovado pelos indígenas que estão acampados na sede do DSEI/CE em Fortaleza.

#### A SAÚDE INDÍGENA DO CEARÁ ESTÁ DOENTE

À Secretaria Especial de Saúde Indígena;  
C/C: Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI/CE;  
Conselho Distrital de Saúde Indígena do Ceará;  
Fórum de Presidente dos Conselhos Locais e Distritais de Saúde Indígena;  
Ministério Público Federal-MPF/CE;  
Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza;  
Coordenação Regional Nordeste II-FUNAI

Nos últimos meses temos visto um cenário desolador se instalando em nossas comunidades indígenas, no que tange a política de atenção a saúde indígena no Brasil e no Ceará não é diferente. Estamos presenciando uma total paralisia em serviços essenciais juntos as nossas comunidades motivada por uma clara falta de expertise na área da gestão por parte da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI por meio do DSEI/CE.

Estamos vivenciando a quase totalidade de um processo de terceirização da saúde indígena, lembrando que há poucos anos atrás o discurso do movimento indígena sempre foi contrária a municipalização da saúde indígena e hoje o atendimento encontra-se nas mãos das terceirizadas, sendo que a discussão do concurso público perdeu força no âmbito da estrutura do governo e há uma clara omissão do próprio movimento indígena nessa discussão.

Em nosso estado, não conseguimos visualizar a perfeita implantação das equipes de saúde indígena junto as comunidades que ainda não haviam sido contempladas com essa assistência e as ações ligadas ao saneamento básico, especialmente aquelas que tem como objetivo o

CONT.



---

acesso a água potável para o consumo humano, estão longe de serem implementadas.

Anos vão se passando e diversas ações previstas nos planos distritais teimam em não ser implementadas e são reescritas a cada ciclo. Nossa insatisfação se fez maior, ocasionada essencialmente pelo atual cenário de abandono que tomou conta das nossas aldeias referente a saúde indígena.

Nossos postos estão sendo desprovidos de medicamentos da farmácia básica que não dispõe sequer de esparadrapos para feituuras de um simples curativo. Os serviços de transporte de urgência e emergência foram paralisados e não há previsão de restabelecimento do referido serviço.

Para piorar essa situação, fomos informado que o Ministério da Saúde teria anunciado recentemente um corte significativo na saúde indígena de 23,5%, que terá impacto nos orçamentos de todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Brasil, estimando que para o DSEI/CE deverá sofrer com o corte de 1 Milhão Reais.

Para complicar ainda mais a situação temos em nossas aldeias, diversos indígenas tendo seus direitos individuais violados, motivados por uma decisão da FUNAI e da própria SESAI em não garantir o atendimento de saúde aos indígenas que ainda não foram incluídos no cadastro populacional integrante do Sistema de Atenção a Saúde Indígena - SIASI, o que tem impedido que nossos parentes acessem as ações de atendimento nos postos de saúde e polo-base, bem como não são acompanhados pelos Agentes Indígenas de Saúde e de Saneamento Básico.

Mesmo com a reivindicação de diversas comunidades, em nosso estado não há contrato para os serviços funerais, o que acaba gerando desconforto para as nossas famílias até na hora que perdemos um ente querido. Não há contrato para o implante de próteses dentárias e diversas equipes não dispõe em sua integridade de todos os profissionais especializados de que nossas comunidades teriam direitos.

Contribuímos com o processo de criação da SESAI tendo a clareza das limitações e omissões da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA o que estava contribuindo para a violação dos direitos à uma saúde digna e diferenciada. Passados 03 (três) anos de criação da SESAI, diversos problemas persistem e/ou foram agravados.

Estamos avançando na segunda metade do quadriênio (2012-2015) do Plano Distrital de Saúde Indígena aprovado pelo CONDISI em 2012 e boa parte das suas ações sequer foram iniciadas. Corremos o risco mais uma vez de ações não serem implementadas, como é o caso das ações de infraestrutura que tem como foco a construção dos postos de saúde e pólo base.

Queremos que nossos Conselhos Locais e o CONDISI, sejam mais atuantes livres das possíveis amarras ou de discussões tendenciosas vindas da gestão da saúde indígena, para isso se faz necessário que funções como a própria Secretaria Executiva do CONDISI seja ocupada por um indígena para viabilizar os trâmites necessário para efetivar o encaminhamento das reuniões ordinárias e extraordinárias dessa instância;

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

Diante desse contexto, viemos por meio da presente carta, manifestar nosso descontentamento com a gestão da saúde indígena junto as nossas comunidades, repudiando o Governo Federal pelo possível corte no orçamento para a saúde indígena, solicitando que esse corte não ocorra e reivindicar a imediata resolução por meio da SESAI, atendendo as seguintes solicitações:

- I- Implementação urgente de um Contrato Emergencial para a fim de reestabelecer os serviços de transporte de urgência e emergência até que uma nova licitação ocorra, nesse sentido, solicitamos que os termos do contrato emergencial, bem como o contrato objeto da futura licitação ocorra nos mesmos moldes como vinha ocorrendo anteriormente, já que os serviços eram avaliados de forma satisfatória por nossas comunidades e as possíveis alterações já anunciadas trarão profundos impactos aos serviços ofertados;
- II- Prover os postos de saúde com os medicamentos da farmácia básica;
- III- Definir um prazo para regularização dos cadastros simples dos indígenas aldeados que comprovem vínculos de parentescos com os indígenas já inclusos no cadastro do SIASI;
- IV- Viabilizar o imediato pagamento dos nossos agentes de saúde e agentes indígenas de saneamento em atraso por meio da empresa terceirizada IMIP;
- V - Viabilizar a contratação dos serviços funerários e de implantes de próteses dentárias;
- VI- Viabilizar com maior agilidade a implantação dos sistemas de abastecimento de água junto as comunidades indígenas que estão sofrendo com a estiagem, especialmente a conclusão das obras que estão paralisadas e iniciar as obras dos projetos que ainda não foram iniciados;
- VII- Apresentar os motivos reais que provocou até o momento a não implementação das ações previstas para a área do saneamento básico e esgotamento sanitário objeto de convênio celebrado entre a FUNASA e a Prefeitura Municipal de Caucaia para atender as Comunidades Tapeba.
- VIII - Formação continuada afim de capacitar os Agentes de Saúde Indígena (AIS) e Agentes de Agente de Saneamento com o objetivo de formar esses profissionais para que eles possam oferecer serviço de qualidade para as populações.
- IX - Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para que os profissionais possam exercer com dignidade a sua função.
- X- Convênio com óticas para aquisição de óculos para os indígenas, bem como com farmácias para aquisição de medicamentos especiais.
- XI - Aquisição de uma sede própria para a SESAI, tendo em vista o alto valor pago de aluguel que viabilizaria uma grande economia, podendo destinar melhor o recurso.
- XII- Limpeza de poços profundos.
- XIII- Funcionamento estendido nas sextas-feiras dos postos de saúde de acordo com os horários normais da semana.

Saúde indígena é essencial para garantirmos a nossa dignidade!

Fortaleza-CE, 10 de Abril de 2014

Compartilhado por Weibe Tapeba



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

---

**Aty Guasu: Pistoleiros com traje parecido de PF cercam os acampamentos Guarani e Kaiowa**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.04.2014

[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=xIepAL8M0AM](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=xIepAL8M0AM)

**Aty Guasu**

Os pistoleiros da fazenda Cachoeira-Iguatemi-MS com traje e arma meio parecido da polícia federal continuam cercando e atacando comunidade Guarani e Kaiowa de Pyelito kue. Os pistoleiros não deixam chegar assistência aos indígenas. A equipe médica chegou bem no momento que estava atirando sobre os indígenas, a equipe médica da Secretaria de Saúde Indígena ao ouvir os tiros, retornaram imediatamente do Pyelito kue não atendeu os indígenas doentes. Os pistoleiros estão fazendo o genocídio no Pyelito kue. Pedimos justiça urgente. Os povos indígenas não podem ser exterminado dessa forma.



---

**Efeito Barbosa: Ministério Público pretende liberar invasão de propriedades por milicianos tupinambaranas no sul da Bahia**  
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 11.04.2014

Ministério Público Federal na Bahia informou ontem, quarta-feira, 9, que solicitou à Justiça a suspensão imediata da reintegração de posse de 16 fazendas invadidas pela milícia de indígenas tupinambá localizadas no sul da Bahia. Sete requerimentos foram enviados em caráter de urgência e serão analisados pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. O MPF afirma que espera manter os indígenas nas propriedades invadidas como forma de evitar o agravamento de conflitos na região.

Conforme o órgão, a Serra do Padeiro, local onde as fazendas estão instaladas, é uma área já reconhecida e delimitada pela Funai, e de ocupação indígena consolidada desde o ano de 2006. "Mesmo assim, a Justiça Federal na Bahia concedeu os pedidos de reintegração de posse a não índios, sem que haja, entretanto, local para a realocação dos indígenas ou qualquer assistência por parte do Estado", informa nota do MPF.

A serra do padeiro é uma região repleta de propriedades privadas incluindo alguns assentamentos da reforma agrária e foi incluída nos limites de uma terra indígena por um laudo eivado de indícios de fraude. A nota do MPF não faz qualquer referência a esse fato.

Desconsiderando que a ação dos indígenas invadindo os imóveis já foi um processo violento em si, a autora das petições, a procuradora regional da República Eliana Torelly, afirmou que a retirada à força dos indígenas das terras contribuirá para o aumento da tensão e do conflito fundiário.

Palavras vazias

Torelly ressalta que a pretensão do MPF não é legitimar a invasão desmedida e despropositada de terras pelos indígenas, mas pacificar a situação conflituosa.

Ainda conforme a procuradora, o Supremo Tribunal Federal teve entendimento semelhante, ao suspender seis liminares de reintegração de posse na Terra Indígena Tupinambá, a pedido da Procuradoria-Geral da República.



---

**Índio com carteira assinada só pode pedir demissão se a Funai autorizar**  
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 10.04.2014

O índio que tem relações com outros grupos sociais não indígenas só pode ter contrato de trabalho firmado ou rescindido com aval da Funai. Foi com essa tese que a Justiça do Trabalho considerou inválido o pedido de demissão assinado por um indígena gaúcho da aldeia Votouro, no Rio Grande do Sul, que viajava 80,5 km diariamente para trabalhar em uma cidade de Santa Catarina.

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) que condenou uma empresa de alimentos a pagar verbas rescisórias correspondentes à dispensa sem justa causa, como se não houvesse o pedido. O trabalhador, contratado em 2008 como auxiliar de produção da sala de cortes, pediu demissão e teve seu contrato de trabalho rescindido em 2010. Ele, porém, alegou que assinou documentos sem saber do que se tratavam.

O pedido havia sido negado em primeira instância, por entender que o autor não comprovou a indução a erro na assinatura da demissão, mas o TRT-12 considerou que o fato de o indígena ter cursado o ensino fundamental e mantido relação de emprego apenas indicava que estava em vias de integração. Segundo o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), a contratação nesses casos exige a prévia aprovação da Funai.

Em recurso ao TST, a empresa alegou que o trabalhador, apesar de indígena, estava perfeitamente integrado à cultura da maioria da sociedade e que, por isso, o pedido de demissão seria válido. No entanto, a ministra relatora Dora Maria da Costa avaliou que o tribunal regional havia registrado ausência de elementos que indicassem o conhecimento, pelo trabalhador, do ato praticado e de suas consequências. O TST não poderia reexaminar as provas, mas a relatora concluiu que o acórdão do TRT-12 não viola a legislação. A decisão foi unânime.

Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.



---

**Cacique Babau processa Band por relatar invasões de propriedade no sul da Bahia**  
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 11.04.2014

O Grupo Bandeirantes de Comunicação está sendo processado pelo Cacique Babau por ter veiculado em rede nacional duas reportagens sobre os conflitos no sul da Bahia. De acordo com Babau, as matérias jornalísticas tinham conteúdo discriminatório e informações distorcidas sobre o conflitos, relacionando indígenas por toda a sorte de crimes, inclusive a morte do agricultor assentado da reforma agrária Juraci Santana, além de acusar os indígenas de invadir fazendas, ameaçar e expulsar produtores rurais.

O processo, de autoria de Rosival Ferreira da Silva, o cacique Babau, pede liminarmente o direito de resposta da comunidade Tupinambá às reportagens transmitidas pelo Jornal da Band e pelo sistema de radiodifusão do Grupo Bandeirantes.

As matérias foram ao ar em fevereiro, logo após a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, de suspender as reintegrações de posse expedidas pela justiça para sete imóveis invadidos pelos índios dentro da área demarcada pela Funai.

Veja aqui as matérias da Band sobre a ação da milícia tupinambá no sul da Bahia:  
Reportagem da Band denuncia esquema de fabricação de índios da Funai  
(<http://www.questaoindigena.org/2014/02/reportagem-da-band-denuncia-esquema-de.html>)

Matéria da Band mostra conflito gerado pela Funai no sul da Bahia

De acordo com a ação, o repórter Valteno de Oliveira pinta o cacique Babau como um criminoso foragido da Justiça. "Desde que a Funai resolveu criar a área para os índios a violência impera aqui na região. Um bando de caciques armados, liderados por Babau, o mais temido deles, faz o diabo. O paradeiro de Rosival Ferreira de Jesus, o Babau, é desconhecido. Ele responde a oito processos, por estupro, ameaça e destruição do patrimônio público e agora é suspeito, junto com o cacique Cleildo, de ordenar a execução de Juraci Santana", diz a matéria.

"O Grupo Bandeirantes parece desconhecer ou evitar conhecer o massacre dos Tupinambá ao longo da história, para difundir histórias inventadas: escondendo o verdadeiro conflito e massacre na região, inclusive os mais recentes. Ademais, sem nenhuma prova associa indígenas e, em especial, os caciques, aos crimes mais esdrúxulos, e até mesmo ao crime de estupro, com vistas a incentivar o ódio social por este povo", diz parte da ação movida contra a emissora.

O processo judicial contra a Band foi protocolado na última sexta-feira (4) na Justiça Federal em São Paulo.

Clique aqui e veja o Perfil de Rosivaldo Ferra da Silva, o Cacique Babau, futuro rei de Babaulândia.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

A Band e o jornalista Valteno de Oliveira não são os únicos a sofrerem admoestações por veicular os conflitos indígenas por um ponto de vista diferente daquele defendido pelos índios. O jornalista Ivanir Valentim da Silva, da TV Globo no Amazonas, e a jornalista Camila Nalevaiko, da Agência da Notícia, também estão sofrendo perseguição semelhante.



**"A maioria dos indígenas brasileiros deseja participar da sociedade brasileira", afirma relator da #PEC215**

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 11.04.2014

"A grande maioria dos indígenas não está atrás de mais reservas de terras. Eles querem condições de vida, eles querem uma política pública de assistência, seja na área da saúde, da educação, para que eles possam dignamente viver e conviver conosco e ter uma integração necessária porque há uma pregação interna de que eles devem ser isolados como se fossem peças de museu. Ao contrário, a maioria dos indígenas brasileiros deseja participar da sociedade brasileira com os benefícios todos". As afirmações são do Deputado Osmar Serraglio, do PMDB do Paraná, que é relator da Comissão Especial criada para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 215.

A comissão promove hoje, às 14h, mais uma audiência pública para debater o processo de demarcações de terras indígenas no país. Será a terceira audiência realizada com o objetivo de colher informações para a elaboração do texto final da PEC. Outras duas já aconteceram em Marabá, no Pará, e em Chapecó, Santa Catarina. Os deputados defendem mudanças no atual modelo de demarcação de terras indígenas, hoje uma ação feita exclusivamente pela Funai e apenas ratificada pelo Ministro da Justiça e pela Presidência da República. Na maioria dos casos, conflitos pelo uso da terra são ignorados no processo de demarcação gerando conflitos sociais graves.

Para Osmar Serraglio, os índios que vivem integrados devem ter um acompanhamento diferente de outros que ainda não possuem convívio com a cultura urbana. Na audiência pública de Chapecó, há duas semanas, Serraglio ouviu dos próprios índios queixas sobre o tratamento dispensado a eles pela Funai e voltou convicto de que os indígenas aculturados devem receber um tratamento diferente.

O deputado está colhendo subsídios nas audiências públicas para elaboração de seu relatório. Ele defende, entretanto, que as comunidades que queiram permanecer isoladas devem ter esse direito respeitado.

Serraglio reforça a intenção de incluir expressamente na Constituição Federal as condicionantes estabelecidas pelo STF no caso Raposa Serra do Sol. "Precisamos definitivamente elevar à condição de norma constitucional aquilo que o Supremo já disse que está na Constituição", diz o deputado.

#### Calendário

A comissão especial deve realizar audiências públicas em Cuiabá, no Mato Grosso, no dia 28 de abril, em Campo grande, Mato Grosso do Sul, no dia 9 de maio, em Salvador, Bahia, no dia 12 de maio, e em São Paulo no dia 6 de junho. Todas essas reuniões devem ocorrer nas Assembleias Legislativas.



---

**Morre mais um dos ex agricultores expulsos da Suiá-Missu**

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 11.04.2014

Faleceu na manhã de ontem, quinta-feira, (10), Antônio Florêncio, 68 anos, ex produtor rural na área da antiga Fazenda Suiá-Missu. Irmão Antônio, como o velho agricultor era conhecido, teve um infarto fulminante no local onde ficava o antigo distrito de Estrela do Araguaia, onde morou por mais de vinte anos antes de ser expulso pela Funai no final de 2012. Antônio era dono de 70 dos 165 mil hectares que o governo entregou aos índios Xavante. Um dos seus últimos desejos era de o filho não desistisse de lutar pelas terras.

O corpo do aposentado foi encaminhado para Alto Boa Vista, onde Antônio passou a morar depois de ser expulso de sua terra. Irmão Antonio foi expulso duas vezes. Estava entre os ex-moradores que tentaram voltar ao Posto da Mata para pressionar o Governo a lhes tratar como cidadãos e não como cães. Foi expulso novamente junto com as mais de 300 pessoas que se juntaram ao protesto.

O clima em Alto Boa Vista entre dos degredados é de tristeza e revolta. "É revoltante ver um homem como irmão Antônio, chegar aos 70 anos, ter perdido 20 alqueires de terra e morrer como um derrotado, e abandonado pelo Governo Federal. A família Suiá Missú está de luto, tudo isso é muito triste e revoltante", disse o Vereador de Alto Boa Vista, Nivaldo Oliveira, ao portal Agência da Notícia.

Antônio Florêncio entre para a estatística macabra de cidadãos brasileiros não índios mortos ou violentados pela ação da antropologia radical:

Junta-se a ao agricultor, assentado da reforma agrária, Juracy José dos Santos Santana, assassinado e mutilado por indigenóides em meio a disputas por terras entre a Funai e o Incra no sul da Bahia. Junta-se a trabalhador rural Adailton do Carmo, que ficou paraplégico depois de levar um tiro pelas costas disparado por um índio tupinambarana, na Bahia; a Arnaldo Alves Ferreira, torturado até a morte por índios guarani, no Mato Grosso do Sul. Junta-se também ao professor Stef Pinheiro de Souza, ao técnico Aldeney Ribeiro Salvador e ao representante comercial Luciano Ferreira Freire, assassinados por índios tenharim, no Sul do Amazonas depois que um funcionário da Funai instigou os índios contra a população sem etnia declarada. Junta-se a Antonia da Silva Rocha, que teve um AVC as vésperas da operação de expurgo étnico de uma área demarcada no Maranhão.



---

**No Dia do Índio, comissão debaterá PEC que cria vagas indígenas no Congresso**  
SÍTIO PODER ON LINE, 11.04.2014

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Vicente Cândido (PT-SP), garantiu que já está articulando a votação da proposta que cria quatro vagas especiais para comunidades indígenas, na Câmara dos Deputados.

A ideia é votar a PEC 320/2013, em homenagem ao Dia do Índio, celebrado no dia 19 de abril.

Apresentada pelo deputado Nilmário Miranda(PT-MG), a proposta já recebeu parecer favorável do relator Alessandro Molon (PT-RJ).

Pelo projeto, eleitores indígenas poderão escolher entre a votação universal e a especificamente voltada para as vagas aos povos indígenas. A distribuição geográfica das vagas especiais será estabelecida em lei específica.



---

**Dourados realiza 4º Miss e Mister Indígena neste sábado**

SÍTIO DOURADOS AGORA, 11.04.2014

A Prefeitura de Dourados em parceria com a Unigran e a Prefeitura de Itaporã realiza neste sábado o 4º Miss e Mister Indígena, na Vila Olímpica da Aldeia Bororó, às 19h. Foram selecionados vinte candidatos, sendo dez meninas e dez meninos das etnias terena, guarani-kaiowá e guarani-nhandéwa.

O lançamento do concurso foi sábado passado, no Recanto Tio Liko, na Aldeia Jaguapiru. De acordo com o coordenador do concurso, Fernando Lúcio Barbosa, o Fernandinho, neste ano foram 62 inscrições, mas o regulamento determina seleção de 20. Para participar do concurso, os jovens devem ter entre 15 a 25 anos, serem solteiros, sem filhos e residentes nas aldeias de Dourados, ou seja, Jaguapiru, Bororó ou Panambizinho.

A indígena vencedora ganhará o direito de participar do 1º Miss Brasil Indígena, que será realizado em 14 de setembro, em Brasília. O mister indígena vencedor em Dourados vai coroar a miss indígena nacional. O coordenador do 1º Miss Brasil Indígena, Carlos Aberto Dias, que é da Funai em Brasília, vai prestigiar o concurso Miss e Mister Indígena em Dourados.

O Miss e Mister Indígena acontece durante a programação da Semana dos Povos Indígenas, que vai ser realizada em Dourados de 12 a 20 deste mês. A equipe de organização já se reuniu com a Polícia Militar, Força Nacional, Polícia Federal, Funai (Fundação Nacional do Índio) e Guarda Municipal para definir as estratégias da segurança no dia do evento, na Vila Olímpica Indígena.

De acordo com Fernando, o concurso é aguardado com muita expectativa por parte da comunidade das três aldeias de Dourados. A atual miss indígena, eleita no ano passado, é Daiane Martins Romeiro, 17, e o mister indígena é Fernando da Silva Souza Júnior, 16.



---

**Indígenas de oito comunidades do Nordeste produzem livros digitais**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.04.2014

ONU Brasil

Dezesseis jovens indígenas de oito comunidades do Nordeste se reunirão para aprender a criar e gerir seus próprios negócios criativos, entre os dias 11 a 15 de abril na sede da ONG Thydêwá, em Olivença, Ilhéus (BA).

O primeiro empreendimento escolhido pelo grupo é a realização de uma coleção de livros digitais feito pelos próprios indígenas. Serão lançados dois e-books em quatro línguas – português, francês, inglês e espanhol – e estarão disponíveis à venda nas principais lojas do comércio eletrônico editorial.

Este será o primeiro de três encontros presenciais de 40 horas que, aliado ao trabalho a distância, em um ano levará à publicação dos e-books e alguns conteúdos à disposição gratuitamente.

“A ideia é fortalecer os talentos e as capacidades dos indígenas para serem empreendedores criativos em prol de suas culturas e também para se posicionarem melhor na concepção da sustentabilidade cultural e financeira de suas comunidades”, comenta Sebastián Gerlic, um dos coordenadores do projeto.

“Três oficinairos e facilitadores são convidados para esta semana e junto aos indígenas irão desenvolver oficinas de artes e contação de histórias. Tudo isso visando despertar o potencial artístico de cada participante e também o fortalecimento e valorização da própria história indígena”, acrescenta Fernanda Martins, também coordenadora da iniciativa.

O projeto incentivará também outros empreendimentos de Economia Criativa e Solidária de autoria dos jovens indígenas, integrando as ações da Rede de Pontos de Cultura Indígena do Nordeste – Mensagens da Terra, contando com a parceria do Ministério da Cultura.

O encontro faz parte do projeto “Livros Digitais Indígenas”, de autoria da ONG Thydêwá, com o apoio do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (IFCD) da Convenção de 2005 sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO.



---

**Aumento nos casos de gripe A preocupa índios de aldeias do Pará**

SÍTIO G1, 11.04.2014

*Na aldeia dos xikrins, uma criança morreu e seis estão internadas.  
Doença é causada pelo vírus H1N1 e é transmitida por contato direto.*

Cresce o risco de um surto de gripe A entre índios xikrins do Pará. Uma criança morreu e seis estão internadas.

Na aldeia que fica em Parauapebas, região sudeste do Pará, indígenas vem apresentando, há dois meses, sintomas da gripe A, como febre, tosse, garganta inflamada e dor de cabeça. A doença é causada pelo vírus H1N1 e é transmitida pelo contato direto com a pessoa doente.

Os indígenas estão lotando a Casa de Apoio ao Índio, local para onde vão quando precisam de qualquer tipo de assistência, mas que não tem estrutura médica.

Quem apresenta os sintomas é encaminhado da Casa de Apoio ao Índio para um hospital da região. Lá, eles logo recebem o tratamento contra a gripe H1N1, já que o resultado do exame que confirma a doença demora até 15 dias para sair.

Esta semana, a Secretaria de Saúde do Pará confirmou dois casos da gripe na aldeia.

Uma criança de um ano e três meses morreu depois de uma semana internada. Um bebê de 10 meses teve a doença confirmada e continua internado, mas o estado clínico é estável. Outras cinco crianças também estão internadas com suspeita da doença.

Equipes do setor de epidemiologia da Secretaria de Estado de Saúde vieram de Belém para averiguar a situação e avaliar quais medidas devem ser tomadas. A preocupação, principalmente na Casa do Índio, é com a acomodação de todos.

O Ministério da Saúde informa que vai iniciar, ainda nesta quinta-feira (10), a vacinação contra a gripe nas aldeias atingidas.



## **Comissão Nacional da Verdade ouve indígenas prejudicados pela ocupação do oeste do Paraná**

SÍTIO PROMAD, 11.04.2014

*Maria Rita Kehl, membro da Comissão Nacional da Verdade e coordenadora do GT Camponeses e Indígenas, esteve no oeste do Paraná entre os dias 28 e 31 de março para coletar depoimentos de índios da etnia guarani, que atualmente vivem em 13 aldeias espalhadas pela região.*

Foto: Lucas Keese/CTI

Acompanhada de profissionais do CTI, associação que acompanha a etnia desde o final da década de 70, foram ouvidos relatos que corroboram com as denúncias feitas no relatório "Violações dos direitos humanos e territoriais dos guarani no oeste do Paraná", entregue à CNV na última semana pela antropóloga Maria Inês Ladeira. De acordo com o documento (DISPONÍVEL AQUI), os indígenas passaram a ser perseguidos principalmente a partir do final da década de 40, quando foi construído um quartel do Exército no meio da terra guarani e se intensificou um processo, incentivado pelo governo, de colonização da região.

"Eu nasci naquela mata em que hoje é o exército brasileiro (...) E ali viviam muitos índios, que ocupavam aquela mata em que hoje é o Exército [atual Tekoha Marangatú]. (...) Daí os índios se espalharam, com a chegada do Exército. Uns foram pra cá, e outros foram pro Mato Grosso do Sul e outros foram pro Paraguai (...)" – trecho do depoimento de Pivo Benites, 63 anos, relatório da CTI.

Os "colonos", como eram chamados os primeiros moradores não-indígenas da região, receberam gratuitamente do Estado vastas áreas de terra e exploravam os guarani para trabalhar no roçado, coletar madeira na mata e outros serviços. "De Guaíra pra Terra Roxa e Umuarama não tinha estrada, só uma picada... naquela picada eles construíram a estrada, abriram espaço pra entrar um carro (...). Essa estrada que está agora com asfalto é tudo construção dos índios. Eram eles que trabalhavam antigamente" – trecho do depoimento da anciã Maria Gonçalves, 48 anos, relatório da CTI.

Segundo os mais de vinte depoimentos coletados nos quatro dias de diligência, os índios que não fugiram muitas vezes eram obrigados a trabalhar em condições de semi-escravidão. Alguns, mesmo colaborando com o "homem branco", eram mortos no final do trabalho.

Itaipu

Na aldeia Oco'y, próximo da represa, os indígenas que conseguiram fugir, muitas vezes para o Paraguai ou ainda estados vizinhos, ainda tiveram um novo desafio: quando voltaram tiveram negados seus poucos direitos, pois o Estado acusava-os de não serem índios nem brasileiros.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

Isso aconteceu porque a construção da Usina de Itaipu incidiu sobre o território Guarani, que teve parte de sua área alagada com o aumento de volume de água no rio Paraná. De acordo com o relatório do CTI, o responsável pelo processo de indenização e desapropriação de terras guarani que seriam inundadas foi Célio Horst, filho de criação do ditador Ernesto Geisel. Funcionário da Funai (Fundação Nacional do Índio), o relatório da época conclui que apenas cinco famílias que moravam na região eram "índios de verdade".

Hoje, cerca de mil guaranis moram numa área de 230 hectares, considerada insuficiente pelos moradores, pois não é mais possível pescar e a terra não é tão fértil como a do território antigo. Além disso, a presença do agronegócio a poucos metros da área causa problemas, como contaminação por agrotóxicos e invasão de plantas transgênicas. Segundo Maria Rita Kehl, a questão da demarcação e homologação das terras Oco'y irão constar entre as recomendações da CNV.

Comissão Nacional da Verdade  
Assessoria de Comunicação

Recomendar esta notícia via e-mail:

Campos com (\*) são obrigatórios.

Seu nome\* Seu e-mail\* Nome do destinatário\* E-mail do destinatário\* Comentários:

Fonte: Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Paraná -  
<http://www.codic.pr.gov.br/>



## **Apresentações na Aldeia Ocoy abrem a 13ª Semana Cultural Indígena**

SÍTIO JORNAL DO OESTE, 11.04.2014

As comemorações do Dia do Índio, celebrado em 19 de abril, começaram mais cedo este ano na região da Bacia do Paraná 3 (BP3). Na terça-feira (8), mais de 200 pessoas, entre indígenas, autoridades, professores e alunos de várias escolas municipais e estaduais participaram da abertura da 13ª Semana Cultural Indígena do Tekoha Ocoy, no Colégio Estadual Teko Nemoingo, localizado na aldeia Ocoy, em São Miguel do Iguaçu.

O evento de abertura teve apresentações culturais de dança e música indígenas. As alunas do colégio fizeram a Dança das Guerreiras e o Coral Tekoha Ocoy apresentou duas canções.

Em 2013, a Semana atraiu mais de cinco mil pessoas. A meta para este ano é chegar a seis mil. O cacique Daniel Lopes agradeceu o apoio. "O trabalho que fazemos aqui é planejado anualmente e todos participam, alunos e professores. Cada um fez a sua parte, e o resultado é o que vemos aqui", disse.

E havia muito para ver. Os alunos que visitaram a aldeia assistiram a danças indígenas, puderam conhecer um pouco da história e da cultura do povo guarani, seus hábitos, crenças e o artesanato. A criançada não resistiu: quase todos saíam com um arco e flecha ou penas coloridas nos cabelos.

"Num dia como esse, é maravilhoso estarmos juntos com todos que construíram essa semana e abraçarmos os Avá Guarani. As crianças que estão aqui precisam compreender que temos que valorizar e captar toda a sabedoria das comunidades indígenas", disse o diretor de Coordenação da Itaipu Binacional, Nelton Friedrich.

### **COMPROMISSO**

Logo após a abertura do evento, Friedrich e o prefeito de São Miguel Clovison Dutra firmaram um termo de compromisso que prevê a construção de uma nova casa de reza para a comunidade do Ocoy, de um portal na entrada da aldeia e a instalação de cerca e pintura do Centro de Nutrição e Artesanato.

### **PROGRAMAÇÃO**

A Semana Cultural Indígena no Tekoha Ocoy continua até sexta-feira (11). No sábado (12) haverá uma comemoração especial, com almoço para a comunidade. No dia 14, às 10h, será aberta a 8ª Semana Cultural Indígena do Tekoha Añetete e Tekoha Itamarã. A festa será no Tekoha Itamarã, em Diamante D'Oeste.

As comemorações prosseguem até o final de abril, quando uma Caminhada na Natureza, no Circuito Avá Guarani, encerrará o mês de homenagens aos povos indígenas.



**São Paulo terá 1º Jogos Indígenas com o tema: "Índio, mostre a sua cara"**  
SÍTIO JORNAL DA BAIXADA, 11.04.2014

**1º JOGOS INDÍGENAS DA CIDADE DE SÃO PAULO DE PIRATININGA - 2014**

**Dia: 19 de abril de 2014 - das 09 às 17 horas**

**Local: Parque Ecológico do Tietê - Núcleo Engenheiro Goulart**  
Rua Guira Acangatará, 70 - Penha - São Paulo - próx. ao aeroporto de Guarulhos  
(acesso pela Rodovia Ayrton Senna saída km 17)

**O maior evento indígena do Brasil no**  
**Parque Ecológico do Tietê**  
**maior parque linear do mundo.**

**ÍNDIO, MOSTRE A SUA CARA!**  
**COPA INDÍGENA 2014**

**58 ETNIAS**

- 1-Guarani Mby'a
- 2-Guarani Kaiova
- 3-Guarani Nhandeva
- 4-Tupi
- 5-Tupi-Guarani
- 6-Tikuna
- 7-Kaingang
- 8-Puri
- 9-Gerikani
- 10-Kalapoto
- 11-Cinta Larga
- 12-Kaimbé
- 13-Guajajara
- 14-Kambiwé
- 15-Santum
- 16-Kantumuri
- 17-Macuxi
- 18-Pankararú
- 19-Kariri
- 20-Parikagura
- 21-Aikum
- 22-Kanella
- 23-Truká
- 24-Kaninwa
- 25-Tuxá
- 26-Pankararú
- 27-Kayapo
- 28-Terena
- 29-La Kibabó
- 30-Kapinawa
- 31-Mundurucu
- 32-Kukuru
- 33-Nhamiquara
- 34-Karajá
- 35-Patissó
- 36-Patissó Vá Hã Hã
- 37-Kariri Xocó
- 38-Puri
- 39-Tapieté
- 40-Krenak
- 41-Tremembé
- 42-Katoomi
- 43-Tukano
- 44-Kayabí
- 45-Tuyuka
- 46-Massá Cocá
- 47-Yanomami
- 48-Xerente
- 49-Mura
- 50-Xavante

**Competições:**

1-Corrida de Percurso;  
2-Corrida de Saco;  
3-Corrida de Perna de Pau;  
4-Corrida de Canoagem;  
5-Futebol;  
6-Arco e Flecha;  
7-Zarabatana;  
8-Arremesso da Lança;  
9-Cubo de Guerra;  
10-Luta Corporal;  
11-Jogo do Macaco;  
12-Poleca;  
13-Bola de Gude;  
14-Pêlo de Fieira;  
15-Palar Corda;  
16-Palar Amarelhinha;  
17-Cama de gato;

**Inscrições Abertas!**  
(participação grátis)  
Até o dia 10 de Abril de 2014

Faça sua inscrição:  
E-mail: [robson@robsonmiguel.com.br](mailto:robson@robsonmiguel.com.br)  
(11) 4828-3382 / 8798-3663

**NHANEBARA'ETÉ IKATÚ! "VAMOS JUNTOS NOS FORTALECER!"**



Idealizado e Organizado pelo Cacique Cafuzo Tukumbó Dyeguaká Robson Miguel (Violonista) e sua esposa Índia Tikuna do Amazonas We'e'ena Miguel em parceria com o Instituto Futuro e Turismo Nativo, SMPIR – Secretaria Municipal da Promoção da Igualdade Racial, SEME – Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação, IBDN – Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza e Instituto ARAPOTY, no dia 19 de Abril de 2014 das 09hs00 às 17hs00 o Parque Ecológico do Tietê sediará os 1º JOGOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO, com o tema: "ÍNDIO, MOSTRE A SUA CARA".

Os 1ª jogos indígenas da Cidade de São Paulo não visam protestos, preservação de direitos, nem questionar os efeitos e causas que conduziram toda a trajetória dos então chamados Índios do Brasil em São Paulo, mas sim, de forma clara e objetiva, com foco na "Responsabilidade Social", fomentar o respeito e a divulgação da nossa rica cultura porque "Ninguém respeita quem não conhece". (Frase do Xavante Sereburã).

Fazendo valer a Lei 11.645 que institui como obrigatório o estudo da cultura, língua, história e tradições indígenas brasileiras, em harmonia com a DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS aprovada na ONU em 7 de setembro de 2007, a idéia é levar a população a saber que a Cidade de São Paulo possui 63.789 indígenas,

CONT.



distribuídos entre 53 etnias, viventes entre 4 aldeias ainda existentes na cidade de São Paulo (dados do último censo de 2010), sendo exemplo de preservação miscigenação das culturas de imigrantes de todo o mundo e também da nossa rica cultura primitiva indígena.

Através do esporte e das brincadeiras originárias da cultura indígena, a população interagirá com as lideranças, caciques, artesãos e atletas indígenas de aldeias e índios urbanos da cidade de São Paulo “de Piratininga” apresentando de forma positiva a beleza de preservar esta nossa cultura indígena e o importante papel que ela ocupa na preservação histórica cultural do Brasil mantendo costumes, língua, danças, brincadeiras e artesanatos em perfeita harmonia.

Na abertura haverá a execução do Hino Nacional Brasileiro cantado em Guaraní, versão idealizada e gravada pelo Maestro Violonista e Cacique Tukumbó Dyeguaká Robson Miguel e seu vice cacique Karay Basilio, acompanhado por 514 indígenas paramentados e tocando Chocalhos, cada um representando os 514 anos do nosso Brasil.

São 50 etnias convidadas (Atikum, Baniwa, Cinta Larga, Fulni-ô, Geripankó, Guajajara, Gavião, Guaraní Kaiowá, Guaraní Mby'a, Guaraní Nhamdeva, Kaingang, Kaimbé, Kalapalo, Kambiwá, Kanela, Kantaruré, Kapinawá, Karajá, Kariri, Kariri – Xocó, Katokim, Kaxinawá, Kayabi, Pankararé, Kayapó, Krenak, La Klãnõ, Macuxi, Munduruku, Mura, Nhambiquara, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hã, Potiguara, Puri, Tapeba, Terena, Ticuna, Tremembé, Truká, Tukano, Tuxá, Tuyuka, Wassu, Cocal, Xavante, Xerente, Xukuru de Ororubá, Xukuru – Kariri, Yanomami) que apresentarão cânticos e danças tradicionais, show musical de indígenas individuais, duplas indígenas e venda de artesanato, intercaladas por curiosidades das culturas presentes participantes. Haverá o concurso de miss e mister indígena 2014 e disputa de 17 modalidades Masculina (M), Feminina (F), Mista (M/F) e infantil, que são:

1-Corrída de Percurso; 2-Corrída de Saco; 3-Corrída de Perna de Pau; 4-Corrída de Canoagem; 5-Futebol; 6-Arco e Flecha; 7-Zarabatana; 8-Arremesso de Lança; 9-Cabo de Guerra; 10-Luta Corporal; 11-Jogo do Macaco; 12-Peteca; 13-Bola de Gude; 14-Piã de Fieira; 15-Pular Corda; 16-Pular Amarelinha; 17-Cama de gato;

(Obs: Os horários e atividades poderão ser alterados até a data do evento)

08:00 – Chegada das comunidades indígenas e atletas participantes, com a checagem e confirmação de presença para credenciamento.

09:00 – Grito de Salva Indígena na Cerimônia de Acendimento do Fogo, seguida da Corrida Olímpica com a Tocha em volta da Arena Central com parada no local de hasteamento das bandeiras.

09:10 – Entrada das Bandeiras: 1º Bandeira do Brasil e a Bola Oficial da Copa levada pela Musa da Copa 2014 “Índia Tikuna We’e’ena Miguel”; 2º Bandeira de São Paulo levada pelo indígena Guaraní Karay Tata’ Andy.

09:15 – Entrada dos caciques, lideranças indígenas, acompanhados de suas comunidades, levando à frente as 50 placas com o nome de cada uma das etnias residentes na Grande São Paulo, enquanto o apresentador informa quantos são e do que a aldeia sobrevive.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

09:20 – Abertura oficial da festa com a benção do Pajé Awá Djú Pitotó com o cântico Guarani Nhande'Bareté Ikatu (Vamos nos Fortalecer).

09:25 – Cacique, autoridades indígenas, representantes políticos e instituições são conduzidos ao palco pela Presidente do Instituto Futuro e Turismo Nativo – Dra. Maria Martins e apresentados para a ocupação das cadeiras.

09:30 – Hastear do Pavilhão Nacional com Grito e Salva Indígena dos Xondaros (Guerreiros) seguido da Execução do Hino Nacional Brasileiro na língua nativa "O GUARANI" acompanhada por 514 INDÍGENAS PARAMENTADOS, CANTADO PELO CACIQUE E VIOLONISTA ROBSON MIGUEL (1º NO RANKING MUNDIAL). Meta: Inserir a Cidade de São Paulo no livro dos records mundiais como sendo a 1ª cidade a organizar o maior coral indígena do mundo e cantar o hino nacional do seu país na língua tribal nativa guarani.

Clique e assista (como exemplo) o Cacique Robson Miguel executando o Hino Nacional com 147 indígenas: <http://www.youtube.com/watch?v=rbIpjvIOpDg>

Clique e assista o Cacique Robson Miguel executando o Hino Nacional com sua Aldeia Guarani Itaóca e a Banda Militar do Estado de São Paulo: <http://www.youtube.com/watch?v=rUUGHa4Nwa8>

09:35 – Saudação Oficial da abertura dos trabalhos.

09:40 – Musa da Copa "Índia Tikuna We'é'ena Miguel" faz a Leitura da declaração e lei internacional dos povos indígenas feita na ONU por Ban Ki Mom.

09:40 – Hino Oficial dos Jogos "Filhos da Terra" enquanto a Musa da Copa "Índia Tikuna We'é'ena Miguel" dá o primeiro "Chute Oficial" na Bola da Copa anunciando o início dos 1º JOGOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO - Copa Indígena 2014 – "Índio Mostre a Sua Cara".

09:45 -Início dos 1º JOGOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO com a competição dos Jogos de Futebol e Corrida de Percurso (4 Km), enquanto na arena central ocorrerão as competições e brincadeiras lúdicas (Corrida de Saco; Corrida de Perna de Pau; Corrida de Canoagem (?); Arco e Flecha; Zarabatana; Arremesso de Lança; Cabo de Guerra; Luta Corporal; Jogo do Macaco; Peteca; Bola de Gude; Pião de Fieira; Pular Corda; Pular Amarelinha; Cama de gato) e no palco a apresentação de cânticos e danças Guarani e de outras etnias, intercalados com curiosidades das 50 etnias participantes.

09:50 às 14:50 – Durante 5 horas de competições haverá paralelamente a programação musical que será intercalada por falas de caciques e representantes da causa indígena, resultados das competições e nas laterais as vendas de artesanatos, Livros, CDs e DVDs da Cultura Indígena, pinturas corporais, etc,

15:00 – Desfile e Concurso de Miss e Mister Indígena 2014 enquanto ocorrerá a apuração dos times competidores vencedores.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

---

15:30 – Entrega de Troféus e Medalhas Indígenas aos Vencedores.

16:00 – Saída dos Indígenas e participantes, ao som do Hino Oficial dos 1º JOGOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO.

1 JOGOS INDIGENAS DE SAO PAULO



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

---

**Ji-Paraná terá Semana da Cultura Indígena**  
SÍTIO CORREIO POPULAR DE RONDÔNIA, 11.04.2014

(Da Redação) A Prefeitura de Ji-Paraná, através da Fundação Cultural, estará promovendo um debate sobre a Cultura Indígena. No período de 22 a 30 de abril, estarão acontecendo eventos ligados à cultura indígena. O seminário "A realidade dos povos indígenas" acontecerá no dia 25 de abril, às 19h30 no Teatro Dominginhos e contará com a participação de professores indígenas das etnias Gavião, Arara e Zoró.

Outros eventos ligados ao tema como exposição temática, exposição fotográfica e uma mostra de vídeo estarão sendo realizadas durante a semana. O seminário principal acontece no dia 25 e contará com certificado para os alunos e acadêmicos que participarem do evento.

POLÍTICA PÚBLICA INDÍGENA – No próximo dia 14 de abril, estará acontecendo no auditório da Câmara de Ji-Paraná, uma audiência pública requerida pelas vereadoras Silvia Cristina (PDT) e Márcia Regina (PT) com a finalidade de discutir o tema "Política Pública Indígena", onde as ações definidas assegurarão os direitos de cidadania e constitucionais do povo indígena. As vereadoras convidam a população para participar do evento.



---

**AMÉRICA/COLÔMBIA – As crianças indígenas continuam morrendo de fome e de desnutrição crônica**

SÍTIO VATICANO NEWS , 11.04.2014

Bogotá – Na Colômbia, o fenômeno da desnutrição crônica está em aumento. Em todo o país, 12% das crianças são afetadas, enquanto o índice entre os pequenos indígenas entre 0 e 6 anos é de 70%, ou seja, 557 mil. Sem água potável e sem qualquer assistência de saúde, a população indígena não tem direitos humanos e morre de fome.

Segundo as informações coletadas pela Agência Fides, as estatísticas do Departamento Administrativo Nacional de Estatística registram que para cada mil crianças indígenas entre 0 e 6 anos, morrem 250 por ano, mais do que na Somália. O Unicef denunciou que em 2010, no Departamento de Chocó, sofriam de desnutrição crônica 73% das crianças indígenas na mesma faixa de idade. Em Guajira, a cifra é três vezes superior ao índice nacional e está aumentando. A morte de 166 crianças Wayuu entre 2008 e 2013 e a situação de desnutrição de quatro mil crianças indígenas de Guajira tornam sempre mais urgente prover aos bens primários dos meninos e das meninas colombianas, em especial indígenas.



---

**MA – Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa desrespeita prazos de acordo e direitos de moradores**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.11.2013

O Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão (SIFEMA) não foi capaz de honrar acordo assinado à presença do Ministério Público Estadual (MPE) em benefício da comunidade de Piquiá de Baixo (município de Açailândia-MA).

A comunidade de Piquiá de Baixo está lutando há sete anos para ser reassentada num terreno livre da poluição provocada diariamente pelas siderúrgicas. Um terreno considerado conveniente pelo MPE foi desapropriado pelo juiz da comarca de Açailândia com sentença em dezembro de 2013.

Ainda dois anos antes, o SIFEMA tinha se comprometido, em Termo de Compromisso de Conduta, a complementar a indenização desse terreno uma vez que o juiz estipulasse o valor definitivo. Na hora da desapropriação, porém, nenhum dos atores responsáveis pelo reassentamento se pronunciou para que houvesse o pagamento da indenização.

Coube aos moradores de Piquiá de Baixo, indignados pela espera e as contínuas violações de direitos sofridas, realizar um corajoso e firme ato de protesto, que bloqueou por trinta horas seguidas a entrada de três siderúrgicas do polo industrial de Piquiá.

Apavorado, o SIFEMA aceitou negociar e a comunidade liberou o bloqueio somente após assinatura por parte do Sindicato de um novo acordo, selado frente ao Ministério Público Estadual de Açailândia, pelo qual a complementação da indenização seria paga até dia 07 de abril desse ano.

O SIFEMA chegou a publicar matéria de uma inteira página num importante jornal de distribuição estadual, aproveitando desse acordo para demonstrar-se sensível à situação dos moradores e prestativo frente a suas reivindicações.

A comunidade esperou ansiosamente até o vencimento do prazo. Nesse entretanto, mais uma jovem mãe, Deusivânia, faleceu no Piquiá de Baixo por doença pulmonar provocada pela poluição.

Ao vencer o prazo, com surpresa de todos, o SIFEMA apresentou novo ofício ao Ministério Público pedindo mais 25 dias de tempo, com a desculpa que a contadoria judicial tinha sinalizado, a partir de um novo cálculo, a necessidade de uma leve majoração do valor, de mais 8mil reais.

Alguém explique aos moradores de Piquiá de Baixo que a morte de Deusivânia e a indignação de todos valem menos de 8mil reais no bolso das empresas siderúrgicas.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

---

Alguém convença a comunidade de Piquiá de Baixo a não estourar de raiva e atender pacientemente mais esse prazo que os responsáveis da poluição estão colocando.

Alguém diga ao SIFEMA que existem outros valores além do lucro: o respeito dos acordos assinados, a honra da palavra dada, a sinceridade e a confiança.

As empresas siderúrgicas estão poluindo também esses valores.

Piquiá de Baixo, 10 de abril de 2014



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

---

**Fiocruz desmente siderúrgica TKCSA em documento encaminhado ao Ministério Público**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.04.2014

Fiocruz

A ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), empresa investigada por causar danos ao ambiente e à saúde da população do Rio de Janeiro, citou a Fiocruz de forma indevida em material institucional distribuído em audiência pública. A Fiocruz esclarece que não assinou o relatório que desvincula a poluição gerada pela siderúrgica das condições de saúde da população, e questiona esse documento. A TKCSA tem citado o relatório como resultado de uma suposta auditoria de saúde, uma das exigências do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a que a empresa responde, e que vence em 15 de abril.

Veja o documento que a Fiocruz encaminhou ao Ministério Público do Rio de Janeiro, negando a participação no relatório.



---

**Alunos de Marechal Rondon têm aula com índios da Aldeia Itamarã**

SÍTIO AQUIAGORA, 11.04.2014

*Eles ouviram a música indígena, dançaram e ouviram uma palestra ministrada pelo cacique*

Alunos do Colégio Estadual Frentino Sackser em Marechal Cândido Rondon tiveram um dia de aula fora das salas. Nesta quinta-feira (10) eles receberam a visita do cacique e líderes da Aldeia Indígena Itamarã, localizada em Diamante do Oeste. Conforme explica a professora de história Sônia Augusta de Moraes, a visita faz parte da programação da Semana Cultural Indígena e também vem ao encontro da Lei 11.645 de 2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos escolares.

“São da etnia Guarani e estão mostrando um pouco da sua cultura, por que geralmente o aluno vai para a aldeia, mas o índio não vem para a escola”, apontou ela ao falar da importância de trazer a cultura indígena para o ensino. O diretor do colégio, Leocir Lang, também ficou feliz com a visita e lembra que somos um povo de diversas cultura e quem mais ganha com essa visita são os alunos. “É importante o conteúdo em sala, mas a palestra, dança, música e interação são boas formas de absorção e compreensão”, lembrou ele. Os líderes da aldeia Itamarã também ficaram felizes com o convite da professora e lembram que essas atividades são fundamentais para a compreensão da cultura indígena.

Fonte: Aquiagora.net.



---

**Governo divulga lista dos 28 que receberão Vale Universidade Indígena em sete cidades**

SÍTIO MIDIAMAX, 11.04.2014

A relação com os nomes de 28 contemplados pelo Programa Vale Universidade Indígena foi publicada na edição desta sexta-feira do Diário Oficial do Estado. O benefício para cada um tem valor total de R\$ 346 mensais. Conforme a relação publicada hoje, o município de Dourados é onde teve maior número de aprovados: 10. O programa também contemplou universitários de Amambai (5), Aquidauana (3), Campo Grande (5), Jardim (2), Naviraí, Paranaíba e Ponta Porã (1 cada).

A assinatura do termo de concessão do benefício será feita no dia 15 de abril, segundo a Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social. Clique [aqui](#) para acessar a lista dos aprovados, que está na página 11.



---

**Passo Fundo sedia audiência sobre terras indígenas**

SÍTIO PORTAL GAZETA 670, 11.04.2014

Uma audiência pública está marcada para este dia 11 de abril em Passo Fundo com a comissão da Câmara Federal que debaterá a questão da desapropriação de terras para formação de reservas indígenas.

O objetivo é debater a PEC 215, que transfere da União para o Congresso a homologação de terras indígenas e tem apoio da Farsul. A entidade está convocando produtores rurais ligados aos seus sindicatos para comparecer ao evento. "O espaço para a população discutir essas questões é nessas audiências que serão feitas em todo o país. Convocamos todos os produtores, não apenas aqueles ameaçados de perder suas áreas, para participar. A sociedade, representada no parlamento, tem de ser ouvida antes dessas desapropriações", destacou o Paulo Ricardo de Souza Dias, presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Farsul,

Atualmente, o Brasil tem 13% da área em reservas indígenas, enquanto Estados Unidos tem menos de 2%, e Austrália, em torno e 3,8%, comparou o dirigente. No Rio Grande do Sul, já há 21 áreas indígenas, em 31 municípios, totalizando 96 mil hectares.

Segundo levantamento da Farsul, a Funai pretende ampliar para 30 áreas, retirando 4.150 famílias de produtores rurais de suas localidades, aumentando em 100 mil hectares as áreas indígenas. Os mais afetados são os pequenos produtores. "Isto causa um desarranjo social e econômico nessas comunidades atingidas, porque faz com que este produtor migre do campo, causando inchaço das cidades", explicou Dias.

Por isso, foi formado um comitê estadual - reunindo entidades como Famurs, Fetag e Farsul - para discutir com a sociedade a situação de terras indígenas e quilombolas. "Esta política atual não tem resolvido os problemas dessas comunidades, que são de alimentação, moradia e fome", destacou Dias.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 67./ 2014

Brasília, 11 de abril de 2014.

---

**Corpo de indígena é encontrado em avançado estado de decomposição em aldeia de MS**

SÍTIO COXIM AGORA, 11.04.2014

O corpo de Mirda da Silva, de 40 anos, foi encontrado na manhã desta quinta-feira (10), em matagal da Aldeia Bororó, em Dourados.

O cadáver foi encontrado por funcionário da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena) em matagal próximo ao cemitério da aldeia, em decúbito dorsal em adiantado estado de decomposição.

Segundo o perito que esteve no local, Mirda está morta há mais de quatro dias. O corpo passará por necropsia para avaliar a causa da morte. Filho da falecida informou que a mãe era alcoólatra.



---

**Tribo indígena processa Band por reportagem sobre briga de terras**

SÍTIO NE10, 11.04.2014

Membros da tribo indígena Tupinambá, que vivem no interior da Bahia, estão bastante revoltados com a Band por causa de uma reportagem sobre a briga de terras com empresários do agronegócio na região.

Representantes da tribo protocolaram na última quarta (09) um processo pedindo direito de resposta dentro do "Jornal da Band", devido à matéria que foi exibida em março.

O processo tem autoria da comunidade indígena Serra do Padeiro e do cacique Rosival Ferreira de Jesus. A comunidade se sentiu ofendida com o teor e o jeito com que a reportagem foi exibida, praticamente incitando a violência contra a tribo. "A matéria tinha uma clara medida: incitar o ódio e a violência da sociedade contra os povos indígenas", disse o Cacique no processo.

Segundo ele, a Band usou de termos caluniosos e chulos, para acusá-los de crimes de assassinato e invasão de propriedade privada. "O Grupo Bandeirantes parece desconhecer ou evitar conhecer o massacre dos Tupinambá ao longo da história, para difundir histórias inventadas: escondendo o verdadeiro conflito e massacre na região", concluiu o Cacique.

Ainda não há uma previsão de quando o processo será julgado.

Procurada, a Band disse não ter sido notificada sobre a jurisdição e, mesmo que fosse, afirmou que não comenta pendências jurídicas do grupo.